

As descrições sobre o negro escravizado nos jornais *Correio Paulistano* e *A Redempção*

Mírian Lúcia Brandão Mendes

Professora Doutora do Centro Universitário Newton Paiva, Brasil

 orcid.org/0000-0002-9550-7837

Resumo: Este artigo tem como proposta discutir a construção descritiva do racismo no século XIX. O objetivo principal é verificar os mecanismos da descrição como estratégias discursivas utilizadas nos enunciados dos anúncios de escravizados do jornal *Correio Paulistano* e nos textos opinativos em *A Redempção*. A análise metodológica do *corpus* é fundamentada a partir da Teoria Semiociológica de Charaudeau (2008), com foco na verificação do funcionamento dos procedimentos discursivos da construção descritiva. De um modo geral, as análises sinalizaram que, nos textos analisados, as categorias do qualificar surgem em maior número revelando os primeiros traços do racismo sobre o negro no Brasil. Essa percepção pode ser confirmada não só nas análises dos anúncios de escravizados do *Correio Paulistano* como também nas propostas abolicionistas de *A Redempção*.

Palavras-chave: Construção Descritiva. Discurso. Racismo. Antirracismo

Abstract: This article aims to discuss the descriptive construction of racism in the 19th century. The main objective is to verify the mechanisms of the description as discursive strategies used in the statements of the slave announcements of the *Correio Paulistano* newspaper and in the opinative texts in *A Redempção*. The methodological analysis of the *corpus* is based on the Semiociological Theory of Charaudeau (2008), with a focus on verifying the functioning of the discursive procedures of the descriptive construction. In general, the analyzes indicated that, in the analyzed texts, the categories of qualification appear in greater numbers, revealing the first traces of racism on the black in Brazil. This perception can be confirmed not only in the analyzes of the advertisements of enslaved people of *Correio Paulistano* but also in the abolitionist proposals of *A Redempção*.

Keywords: Descriptive construction. Speech. Racism. Anti-racism.

Introdução

Este artigo discute a construção descritiva do racismo e da ideologia antirracista no século XIX por meio da análise de enunciados de anúncios de escravizados do jornal *Correio Paulistano*, publicados no período de 09/01/1874 a 20/01/1874, e de textos opinativos de *A Redempção* que circularam entre 02/01/1887 e 10/02/1887. Nesta perspectiva, considera-se que o escravismo foi o berço do racismo no Brasil, remetendo ao colonialismo e às subsequentes formas de dominação social. Por isso, os discursos escravistas e antiescravistas são aqui reconhecidos como precursores dos discursos racistas e antirracistas, uma vez que historicamente sempre houve na sociedade uma linha divisória entre o “nós” e o “eles”, conforme postula Van Dijk (2012).

Sobre os jornais analisados, destaca-se que o *Correio Paulistano* foi um veículo de comunicação do século XIX representante do Partido Conservador e sustentado pelos aristocratas da época. Embora o estudo tenha se concentrado no século XIX, o *Correio Paulistano* teve uma longa permanência na história da imprensa paulista. Fundado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques, em 26 de junho de 1854, na província de São Paulo, o *Correio Paulistano* permaneceu em circulação até 1963, com 109 anos de publicações. Analisando, especificamente, as publicações do século XIX, destacam-se as numerosas descrições que acompanhavam os anúncios de escravizados nesse jornal.

Já sobre o jornal *A Redempção*, periódico publicado na cidade de São Paulo entre janeiro de 1887 e 13 de maio de 1888, é possível adiantar que ele é uma importante fonte para a compreensão das divergências de opiniões nos projetos abolicionistas que antecederam a Lei Áurea. Por essa razão, foram selecionados os artigos opinativos deste jornal para integrar os *corpora*, a fim de verificar as estratégias discursivas utilizadas por seus enunciadores.

Como procedimento metodológico, as análises partiram da investigação dos componentes da construção descritiva utilizados para as atividades de “nomear”, “localizar-situar” e “qualificar” em três artigos de opinião do jornal *A Redempção*, publicados em 1887 e, também, em três anúncios de escravizados do jornal *Correio Paulistano*, publicados nas edições de 1874. A escolha dos textos opinativos para análise deve-se ao fato de que, nesse gênero, o enunciador produz um discurso social constituído de julgamentos e apreciações que podem revelar o que Brandão (2007, p. 489) denomina

“relações de aliança ou antagonismo”. Já os anúncios sobre escravizados são interessantes para esta pesquisa porque as marcas linguísticas das nomeações e qualificações presentes em seus enunciados podem servir como base para verificação e estudo sobre como o negro era discursivamente representado pelas classes dominantes nos jornais do século XIX. Nesse sentido, é possível investigar, a partir dos enunciados, as designações negativas que se perpetuaram historicamente no imaginário social sobre o negro.

1 Sobre os conceitos de racismo e antirracismo

De acordo com Munanga (2003, p. 3), o conceito do termo “racismo” foi criado por volta de 1920 e, a partir daí, já foi alvo de inúmeras interpretações. Por isso, entre as diversas definições desse termo que poderiam ser trazidas para este estudo, elegeu-se a do antropólogo e professor Kabengele Munanga (2003) que o define como:

[...] uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e moral, o físico e o intelecto, o físico e cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religioso etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2003, p. 3).

Pode-se pensar de maneira semelhante à fala do professor se tomados como exemplo os enunciados dos textos do jornal *A Redenção* (20 de janeiro de 1887):

- (1) “Desde hoje estariam livres; porém só tomariam posse completa da liberdade, de hoje a três anos”.
- (2) “Pelas idéas que enunciam, reconhecerão os abolicionistas que consideramos uma indeminisação ensinar os ex-escravizados a amar o trabalho”.
- (3) “Não queremos que o escravizado tenha a liberdade completa, absoluta, no dia da abolição”.

Os enunciados acima mostram que, na avaliação do redator do jornal *A Redenção*, a liberdade imediata seria um risco para raça negra pela sua

condição de inferioridade intelectual. Nesse sentido, manter a concessão da “meia liberdade” seria um gesto de pura bondade, uma vez que, no imaginário dos escravocratas e dos abolicionistas, o negro livre, pela sua origem inferior, seria incapaz de cuidar do seu próprio destino.

Munanga (2003) acrescenta ainda que é preciso ter critério para utilizar o termo, pois o uso generalizado do racismo pode constituir-se em armadilha ideológica e levar à banalização, isto é, a um esvaziamento da importância ou da gravidade dos seus efeitos perversos.

Na prática, o racismo tem seus desdobramentos no preconceito de cor e na discriminação. Simão Neto (2011, p. 105), no *Estatuto da Igualdade Racial*, explica com relação à “discriminação racial” que:

Artigo 1º - 1. Para fins da presente Convenção, a expressão “discriminação racial” significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

De acordo com o mesmo autor, o preconceito significa a atitude desfavorável para um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais, mas em ideias preconcebidas. Em síntese, pode-se dizer que o preconceito e a discriminação racial são instrumentos legitimadores do racismo. No entanto, a diferença que há entre eles reside no fato de que a discriminação implica sempre uma ação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas contra outra pessoa ou outro grupo de pessoas.

Sobre o antirracismo, ainda na perspectiva de Munanga (2003), considera-se que seja uma reação à postura ou à ideologia racista, por considerar que todos os indivíduos, independentemente de suas características físicas ou biológicas, têm direito a exercer a individualidade e a cidadania na esfera social. Os discursos racistas e antirracistas constituíram-se historicamente em diversos contextos sociais. É certo que no período colonial não havia um interesse em combater o racismo científico¹, porque acreditava-se em uma inferioridade biológica do negro. A ideologia antirracista e o

¹ Em meados do século XIX, tal pensamento editou conceitos e preconceitos que procuraram justificar o sistema escravocrata no Brasil. Trata-se do chamado “racismo científico”, pautado em teorias que se esforçavam em classificar a humanidade como raças inferiores ou superiores.

discurso de igualdade racial irão surgir somente no início do século XX com a formação do movimento da Frente Negra Brasileira². Contudo, mesmo no século XIX, quando o racismo que imperava era o científico, é possível citar alguns marcos positivos resultantes de ações de negros escravizados e abolicionistas que já sinalizavam um caminho em direção à busca de igualdade de direitos como, por exemplo, a promulgação das leis Eusébio de Queiroz (em 1850, por meio da qual o tráfico de escravos é definitivamente proibido), Ventre Livre (em 1871, que libertava os escravos que nascessem a partir da sua data de promulgação), Saraiva-Cotegipe (em 1885, que dava liberdade aos escravos com mais de sessenta anos) e a Lei Áurea (em 1888, que extinguiu oficialmente a escravidão no Brasil).

O combate ao racismo, portanto, começa pelo combate ao pensamento escravista e segue até os dias atuais com discursos produzidos por militantes e estudiosos preocupados com as desigualdades sociais.

2 O Jornal Correio Paulistano

O jornal *Correio Paulistano* foi fundado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques em 26 de junho de 1854, na província de São Paulo, e permaneceu em circulação até 1963, com 109 anos de publicações. O *Correio Paulistano* teve uma longa trajetória e influenciou o surgimento de outros jornais em São Paulo tão importantes quanto ele, como o *Diário Popular*, que atualmente é o *Diário de São Paulo*, *A Província de São Paulo*, que hoje é *O Estado de São Paulo* e ainda a *Folha de São Paulo*.

O início da trajetória do *Correio Paulistano* foi politicamente situado no contexto liberal, tendo como primeiro redator o jornalista e político Pedro Taques de Almeida Alvim. Contudo, ao longo da sua trajetória, o jornal passou por transformações e adaptações, assumindo várias posturas políticas que variavam de acordo com as circunstâncias de cada época, entre elas, as dificuldades financeiras. Em suas primeiras publicações, declarava-se ser imparcial quanto à postura política, mas, de acordo com Schwarcz (1992), entre 1855 e 1858, uma forte decadência financeira o levou a aderir

² De acordo com Pinto (2013, p. 88), o jornal *A Voz da Raça*, porta-voz da Frente Negra, refere-se, vagamente à fundação da entidade como uma tentativa do negro de se unir, possuir um organismo que lutasse pelos seus direitos e, finalmente, contar com um local onde pudesse exercer a sua sociabilidade. Portanto, os motivos eram os mesmos que fizeram surgir grandes partes das entidades negras.

publicamente às ideias conservadoras. Nessa época, o grupo do Partido Conservador estava em poder de liderança na província de São Paulo.

De forma resumida, de acordo com Alonso (2015), o Partido Conservador, conhecido na década de 40 do século XIX com o nome de Saquarema por fazer referência ao Município do Rio de Janeiro, onde se localizavam as terras de seus líderes, defendia um governo centralizado justificado pela necessidade do progresso. Já o Partido Liberal, surgido no Período Imperial e extinto com a Proclamação da República, pregava a libertação política das províncias, com um governo mais aprimorado, além de defender temas como a abolição da escravatura e as eleições diretas. Esse partido era chamado de Luzias por ter vencido uma batalha na Vila de Santa Luzia, em Minas Gerais. Ambos os partidos tinham como membros os grandes proprietários de terras. Contudo, no Partido Liberal, havia também alguns comerciantes, jornalistas, enfim, pessoas que mantinham um laço mais estreito com o povo.

Uma característica peculiar do *Correio Paulistano* era manter uma visão pessimista sobre o elemento de cor negra, o que pode ser constatado nos numerosos anúncios de escravizados que o jornal publicava. Esses anúncios, além de revelarem preconceitos, traziam à tona a cumplicidade do jornal com os grandes proprietários escravocratas. Já nos artigos opinativos, as discussões giravam em torno das mudanças econômicas que ocorriam na província de São Paulo.

3 O Jornal *A Redempção*

O jornal *A Redempção* foi uma folha abolicionista, comercial e noticiosa publicada aos domingos e quintas-feiras e distribuída na província de São Paulo, entre janeiro de 1887 e 13 de maio de 1888. Durante os quase dois anos em que o jornal esteve em circulação, as instalações da Confraria da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios serviram como sede para reuniões e tipografia de *A Redempção*³.

3 Em 2014, a Equipe de Conservação e Restauro do Arquivo Público do Estado de São Paulo iniciou os trabalhos de restauro da coleção de jornais *A Redempção*, 1887- 1888. Antes disso, devido ao estado fragilizado do suporte papel-jornal, a consulta a esses periódicos estava suspensa. Foram recuperados 156 exemplares, dos quais 135 encontram-se nas reservas técnicas do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Sob o comando do redator Antônio Bento de Souza e Castro, conhecido por liderar o grupo *Ordem dos Caifazes*, o jornal *A Redempção* é uma importante fonte para a compreensão da organização dos projetos abolicionistas das décadas que antecederam a abolição da escravatura. De acordo com Schwarcz (1992, p. 81),

Tratava-se de um jornal ligado ao grupo dos caifazes, que praticavam o que na época era denominado como “abolicionismo ilegal”, já que seus membros não se apoiavam só nos “benefícios da lei”, mas antes buscavam, através de formas mais diretas, como incitamento à fuga, chegar à libertação total de grupos de escravos.

Apesar da pluralidade de ideias do jornal, as palavras da autora deixam claro que o pensamento que respalda todas as suas publicações é o da extinção do sistema escravagista no Brasil. Além de possuir uma postura partidária diferente do *Correio Paulistano*, *A Redempção* apresentava uma linguagem mais popular e acessível ao público das diferentes camadas sociais que apoiava as iniciativas de libertação dos escravizados. O caráter irônico do jornal tinha como objetivo provocar reações nos proprietários de escravizados e nos jornais da oposição, como mostra o texto a seguir:

O *Correio Paulistano* e o abolicionismo

O *Correio Paulistano*, que, para agradar a caipira imbecil e estúpido, costuma insultar os abolicionistas, a propósito do officio que fez o Barão de Parnahyba ao sr. Lopes dos Anjos, officio que é uma chapa muito usual, traz o seguinte:

“A classe agrícola, principalmente, deve-lhe serviços que jamais poderão ser esquecidos. A’ sua actividade, energia e dedicação pôde ella abrigar-se muitas vezes contra as ousadas tentativas do abolicionismo anarchista”.

E’ melhor que o rabugento *Correio Paulistano* não nos provoque com sandices.

Um conselho de amigo: lêmos em uma folhinha que o uso de pinta cabellos e barbas traz como consequência o amolecimento cerebral e faz com que os que uzão d’essesridículos disfarces se tornem provocadores iraciveis; talvez seja essa a causa do *Correio* provocar-nos: pois não pinte mais esses cabellos e barbas, amigo, que assim perderá esse sestro de atrevido, e ficará amável e bom, como era quando não se pintava.

Si continuar a provocar-nos contaremos a história de certo cavalheiro ... muito conhecido.

(Jornal *A Redempção*, 6 de janeiro de 1887)

O texto acima foi publicado em resposta a uma provocação do *Correio Paulistano*. A linguagem coloquial e irreverente apresentada fez com que o

jornal se tornasse um dos mais lidos e populares da província. Conforme explica Azevedo (1987, p. 216):

O jornal teria como função primeira a de servir como núcleo organizador e aglutinador dos chamados “caifazes”, ou seja, uma multidão de cocheiros, mascates, ferroviários, pequenos comerciantes, artesãos, estudantes, profissionais liberais, mulheres, menores e libertos, que em toda a província movimentavam-se para auxiliar os escravos em suas fugas, escondendo-os em suas próprias casas, facilitando suas viagens em suas ferrovias e orientando-os para Santos, onde os aguardava o quilombo do Jabaquara, fundado especialmente para eles pelos abolicionistas.

Porém, o projeto abolicionista de *A Redenção* não previa uma libertação imediata dos escravizados devido ao fato de não haver planejamento político algum para integrar o ex-escravizado à sociedade livre. Inicialmente, o grupo dos Caifazes que liderava o jornal não objetivava a completa emancipação dos negros porque previa um processo de libertação sem alteração da ordem social. Contudo, na seção denominada *Album Abolicionista*, era usual a divulgação e os elogios aos proprietários que por vontade própria libertavam seus escravizados.

O jornal *A Redenção* permaneceu em circulação em São Paulo até o dia 13 de maio de 1888, quando foi promulgada a *Lei Áurea* no Brasil. A partir dessa data, passou a ser publicado anualmente para lembrar e comemorar o acontecimento do dia 13 de maio. Apesar da contradição de ideias e propostas antagônicas que o jornal apresentava com relação à abolição, é importante considerar que a sua linguagem mais direta e coloquial e o seu preço mais acessível proporcionavam um espaço mais aberto para divulgação popular e discussão dos projetos de extinção da escravatura. Desse modo, pode-se dizer que esse jornal cumpriu um papel importante nas discussões abolicionistas.

4 O Modo de Organização Descritivo na Teoria Semi linguística

Os discursos dos jornais *Correio Paulistano* e *A Redenção* envolvem diversas circunstâncias sociais, tais como o tempo, o espaço, o papel social do produtor, além das situações psicológicas e linguageiras. Circunstâncias essas que são abarcadas pela Teoria Semi linguística de Patrick Charaudeau (2008)⁴.

⁴ A Teoria Semi linguística foi empreendida por Patrick Charaudeau no livro *Langage et discours – Éléments de sémiolinguistique*, publicado em 1983. O referido livro foi traduzido no Brasil com o título *Linguagem e discurso: modos de organização*. Vide Charaudeau (2008).

Nos textos analisados neste artigo, sobretudo nos anúncios de escravizados, o modo de organização descritivo é de especial importância para se compreender como os posicionamentos racistas e antirracistas são estruturados. Como teoriza Charaudeau (2008), o modo de organização descritivo é um procedimento discursivo que utiliza algumas “categorias de língua” para produzir certos efeitos que resultam na “descrição”. O descrever, por sua vez, é uma atividade de linguagem que consiste em fazer existir os seres, nomeando-os, localizando-os e qualificando-os a partir de uma visão de mundo.

De acordo com o autor, na construção descritiva, “nomear”, “localizar-situar” e “qualificar” são componentes fundamentais. Do ponto de vista do sujeito que constrói o texto, “nomear” consiste em dar existência a um ser, classificando-o a partir da sua percepção do mundo. O procedimento discursivo para a nomeação é a “identificação”. Todavia, para Charaudeau (2008, p. 112), “nomear não corresponde a um simples processo de etiquetagem de uma referência preexistente. É o resultado de uma operação que consiste em fazer existir *seres significantes no mundo, ao classificá-los*”. Essa operação, porém, dependerá do modo pelo qual o sujeito descritor observa e percebe o mundo.

Com relação ao “localizar-situar”, o autor teoriza que se trata de colocar o ser nomeado em um determinado espaço temporal criando uma “construção objetiva do mundo”. Além de colocá-lo no espaço e no tempo, também são atribuídas a ele algumas características, na medida em que ele delas depende para a sua existência ou para sua função.

Já o terceiro componente, o “qualificar”, consiste em atribuir ao ser uma qualidade que o caracteriza, classificá-lo e especificá-lo em um subgrupo, a partir do olhar do sujeito falante, suscitando procedimentos que podem ser objetivos ou subjetivos. É por meio da qualificação que o sujeito falante manifesta o seu imaginário individual ou coletivo. Por essa razão, nos exemplos das próximas seções deste artigo, a qualificação e a denominação serão observadas mais de perto, uma vez que historicamente esses dois procedimentos discursivos têm servido como ferramenta para a manutenção de estereótipos e uma representação negativa do negro nas práticas sociais.

5 Os procedimentos descritivos nos anúncios de escravizados dos jornais *Correio Paulistano*

Como dito anteriormente, o *Correio Paulistano* expressava a opinião dos conservadores, por isso era considerado pelos abolicionistas um jornal escravocrata. Do ponto de vista situacional, os anúncios de negros escravizados veiculados neste jornal pertencem ao domínio dos “textos com a finalidade de incitar”, conforme Charaudeau (2008, p. 123), porque eles têm a finalidade de chamar a atenção do leitor, o TUi⁵. Eles são produzidos por um EUE, o proprietário de escravos, aquele que mandou pôr o anúncio, dotado de uma intenção e espera que a sua mensagem seja interpretada corretamente pelo TUi. Já o referente do discurso dos anúncios é sempre o escravizado, o outro, de quem se fala.

Os anúncios de escravizados aparecem em diversas seções dos jornais conservadores do século XIX e obedecem às coerções do gênero tal como se fazia uso na época. Na situação específica em que se encontram no *Correio Paulistano*, eles constituem uma situação de comunicação com propósitos somente comerciais de informar um determinado acontecimento, como fuga, oferta de venda, de aluguel ou ainda objetivam um efeito persuasivo no TUi para a ação de compra e captura. Para esta pesquisa, esses anúncios vão além dessa finalidade, porque eles possibilitam reconstruir as representações sociais dos negros e negras na sociedade do século XIX. De acordo com Brandão (2007, p. 486):

Como parte do dizível, do “narrável” e argumentável das práticas discursivas de uma comunidade de falantes do século XIX, a tematização da escravidão nos anúncios emerge como objeto de discurso e representação signíca de um modo de viver, pensar o mundo, refletindo e refratando não só o cotidiano, o universo das pequenas transformações que circulam na rede tecida pelas práticas de linguagem, mas também todo um quadro social, político e ideológico de um período de nossa história.

Quanto aos aspectos discursivos desses textos, há a predominância do modo de organização descritivo tendo como base os três tipos de componentes: “nomear”, “localizar-situar” e “qualificar”, já teorizados por Charaudeau (2008). Os interlocutores (TUi) pretendidos eram aqueles

5 Para Charaudeau (2008), o sujeito ocupa um lugar central na Situação de Comunicação, o que torna o ato de linguagem um ato interenunciativo entre quatro sujeitos: o sujeito comunicante (EUC), o sujeito enunciador (EUE), o sujeito destinatário (TUD) e o sujeito interpretante (TUi).

pertencentes ao mesmo círculo social de seus produtores (EUE), ou seja, os outros proprietários de escravizados e as autoridades que, nos casos de fuga, eram incumbidas de cumprir o papel do resgate e do retorno do escravizado para o seu devido dono.

O posicionamento do *Correio Paulistano* com relação à libertação dos escravizados era incompatível com os projetos dos liberais. Esse posicionamento ficava evidente nas publicações de apoio à captura dos negros fugidos. Era do saber público que esses escravizados, quando capturados e devolvidos aos seus donos, eram severamente castigados, como mostra a construção descritiva dos anúncios de fuga:

Escravo Fugido

Fugio do abaixo assignado, um mulato por nome Lucas com idade de 28 annos creoulo da Faxina, sapateiro, estatura regular, corpolento, pés e mãos chatos, pernas grossas, tem falta de um dente na frente, e também um signal no beijo, tem signaes de castigo tanto nas costas como nas nadegas; fugio há mais de dois annos e esteve em Tiririca com o suposto nome de Custodio Gomes Ribeiro. Quem prender e entregar ao s.r. Francisco Gonçalves Moreira em S. Paulo será gratificado com 100\$000. Consta que está morando nos arrebaldes da cidade de Santos.

(Jornal *Correio Paulistano*, 09 de janeiro de 1874)

Analisando a construção linguística dos enunciados do anúncio acima, o procedimento do “nomear” é identificado pela “denominação” do escravizado fugido sob forma de nome próprio, “Lucas”, que é o seu nome cristão de batismo. Maingueneau (2008, p. 183) teoriza que “para que haja nome próprio, é necessário que, em um dado momento, esse nome tenha sido atribuído pelas pessoas a um determinado referente, que tenha ocorrido o que certos filósofos da linguagem chamam de ‘um ato de batismo’”. No Brasil, quando os negros africanos eram comprados, seus respectivos donos tinham um prazo de até seis meses para batizá-los e torná-los cristãos. Daí recebiam um nome cristão. Nesse sentido, Charaudeau (2008, p.112) define o ato de nomear da seguinte maneira:

Esse procedimento consiste em dar existência a um ser (qualquer que seja a sua classe semântica) através de uma dupla operação: *perceber uma diferença* na continuidade do universo e simultaneamente relacionar *essa diferença a uma semelhança*, o que constitui o princípio de *classificação*. Como essa *percepção* e essa *classificação* dependem do sujeito que percebe, evitaremos considerar que o mundo seja pré-recortado e que bastaria descobri-lo enquanto tal:

considerando que **é o sujeito que constrói e estrutura a visão de mundo.** (grifo do autor)

Nessa perspectiva, é importante lembrar que o referente do anúncio recebe a denominação de “Lucas”, sem um sobrenome, pois, na condição de escravizado, é um objeto particular de seu dono. Porém, ao se passar por liberto, na cidade de Tiririca, atribui a ele mesmo um sobrenome. Já o proprietário de “Lucas”, o s.r. Francisco Gonçalves Moreira, é nomeado não apenas com o nome completo, mas também com o tratamento de senhor, o que o distingue socialmente como parte daqueles que estão do lado do poder dominante. Já o nome próprio atribuído ao escravizado “Lucas” não diz nada sobre ele, apenas o distingue dos demais escravizados.

O procedimento do “qualificar” é identificado pelas qualificações que caracterizam o referente. As funções que o escravizado exercia, “creoulo da faxina” e “sapateiro” exemplificam esse procedimento. O detalhamento das características físicas do referente também pode ser classificado na ordem das “qualificações”. Entre elas, estão as expressões “signaes de castigo tanto nas costas como nas nadegas”, além dos registros de deformações pelo excesso de trabalho, como “pés e mãos chatos”. Observa-se, então, que a descrição das marcas físicas dos escravizados eram aproveitadas nos anúncios como sinais para favorecer a rapidez da captura.

Por fim, destaca-se, ainda, no anúncio de fuga apresentado, dois componentes do “localizar-situar”, representados linguisticamente pelos nomes das cidades de Tiririca e São Paulo. Já em relação à categoria do “quantificar”, ou seja, no que diz respeito ao tempo que alguns escravizados fugidos permaneciam sem serem encontrados, tem-se a expressão “há mais de dois anos”. Esse dado indica que muitos negros fugidos não eram facilmente capturados e devolvidos aos seus senhores. Costa (2008) explica que depois de fugirem os escravizados buscavam refúgio em outras cidades onde misturavam-se aos homens livres e conseguiam algum trabalho. De outro modo, os escravizados eram ajudados por abolicionistas que os encaminhavam até os quilombos, onde estariam a salvo de uma captura, como faziam os participantes do grupo dos *Caifazes*⁶. Em contrapartida, de acordo com Freyre (2010, p. 171),

⁶ A respeito desse grupo, serão apresentadas explicações mais precisas no decorrer das análises do jornal *A Redenção*.

Muito negro atrevido, apanhado pelos capitães de campo, voltava ao senhor de quem fugira ou desaparecera. E era, então, surrado, castigado, posto em ferros, marcado a fogo como fujão. Os instrumentos mais comuns de castigo eram o azorrague, a gargalheira, a pega, o tronco, o vira-mundo, a corda de sedenho, os anjinhos, o colete de couro. Mas havia senhores mais exigentes. Não se contentavam com castigos tão suaves. Empregavam contra os negros as navalhas seguidas da salgadeira, o suplício dos insetos, o das urtigas, o da roda-d'água, o de pingos de cera e de lacre às costas em carne viva do escravo, o de queimar o corpo do negro com água fervendo.

No jornal *Correio Paulistano*, há diversos anúncios que fazem menção às marcas deixadas pelos instrumentos de suplícios mencionados na fala de Freyre (2010), como mostra o segundo exemplo de anúncio de fuga:

Escravo fugido

Fugio dos fins de novembro de anno pp. Da fazenda Santa Maria, deste município, o escravo de nome Ladislau, creoulo do Campo Alto, província do Paraná, côr fula, feição bonita, idade 20 annos, tem um signal na testa que parece ser um talho de faca, nas costas da mão esquerda outro signal de queimadura, boa dentadura, bem feito de corpo, sabe alguma cousa de musica. Levou um ponche velho, forrado de novo com baeta vermelha e uma pequena faca. Fugiu em companhia de um outro. Quem o entregar na dita fazenda a sua senhora ou em Campinas ao sr. João Fortunato Ramos dos Santos será bem gratificado.

(Jornal *Correio Paulistano*, 15 de janeiro de 1874)

No caso do anúncio acima, o EUE oferece as primeiras informações sobre o referente por meio do componente da construção descritiva “localizar-situar”, isso é representado no enunciado “fins de novembro de anno pp. Da fazenda Santa Maria, deste município”. Assim como ocorre nos anúncios de venda, o EUE atribui ao escravizado algumas qualificações positivas: “feição bonita, idade 20 annos, bem feito de corpo, sabe alguma cousa de musica”. Nesse sentido, uma observação interessante com relação às feições dos escravizados foi feita por Freyre (2010) é que o tipo predominante que se aventura a fugir da casa ou da fazenda do senhor era o da “bonita figura”; ou o “bem parecido”; o de “ar alegre”, o “retórico” ou “muito poeta” no falar. Ainda com relação ao anúncio do exemplo 2, nota-se que o EUE faz menção a um “outro”, companheiro de fuga do escravizado anunciado. Como os enunciados fazem referência à busca somente do primeiro, o Ladislau, parece possível não haver interesse na captura “de um outro”.

Por fim, destaca-se que nos anúncios de escravizados era comum o enunciador mencionar a sua origem. Quando a origem era desconhecida, o escravizado recebia a denominação de negro da nação ou preto. No caso do referente do exemplo 2, o nome “Campo Alto, província do Paraná” representa o componente do “localizar-situar”, teorizado por Charaudeau (2008, 113), que determina a origem do escravizado.

O negro escravizado estava presente em todas as áreas e setores de atividades, o que representa que ele era um bem, um objeto necessário da sociedade escravocrata. É nessa condição de objeto provedor de lucro que os proprietários investiam um capital tanto na compra quanto no resgate, quando os negros escravizados fugiam. De acordo com Freyre (2010, p. 117), “Às vezes, a um anúncio de escravo que fugira em tal dia, e cujos sinais se publicavam pelo miúdo, sucedia-se a resposta do necessitado ou perverso que o capturara e o conservava em casa bem guardado, à disposição do dono, mediante 50 ou 100 mil-réis”. As promessas de gratificações variavam de acordo com o proprietário e com o apreço que ele tinha pelo escravizado, como exemplifica o anúncio a seguir:

Atenção

No dia 6 do corrente fugio o escravo de nome Antonio, com os signaes seguintes, preto, já velho, official de ourives, muito conhecido nesta cidade. Foi escravo do falecido José Manoel Paz, hoje de Manuel Bernardo da Rocha. Quem dele der noticias ou leval-o a seu senhor ou ao abaixo assignado, será bem gratificado.

(Jornal Correio Paulistano, 09 de janeiro de 1874)

No exemplo citado, o EUE atribui ao referente, de maneira explícita, uma qualidade que o caracteriza e o especifica por meio da designação de “escravo” e classifica-o em um subgrupo dessa categoria qualificando-o de “velho”. Quanto à denominação, a questão da designação do envelhecimento, Schwarcz (2017, p. 77) esclarece que para os escravizados este “ocorria cedo, assim como o fim da adolescência: a partir dos oito anos e até os doze um escravo já era classificado como adulto”. De acordo com a autora, há registros de escravos considerados adultos com apenas oito anos de idade, pois o trabalho excessivo driblava o tempo, envelhecendo e amadurecendo precocemente as crianças escravizadas. Já com relação aos critérios de qualificação de cor, ela explica que eles eram baseados em função

da oposição entre preto e branco. Para ela, a vasta gama de variação de cor não implicava a falta de discriminação e preconceito. Desse modo, as denominações de preto, mulato, crioulo ou negro remetiam igualmente à designação de escravizado.

Outra observação importante é que nos anúncios de escravizados, o EUE, aquele que mandou colocar o anúncio, aparece identificado com nome e sobrenome, fato que já o distingue socialmente do “outro”, o negro fugido que deveria ser capturado. Com relação a essa forma de identificação, Brandão (2007, p. 495) explica que,

o nome é o primeiro passo de um processo simbólico de construção da identidade: o nome distingue, singulariza, individualiza, confere estatuto de existência ao ser designado. Mas como objeto reduzido à condição de simples mercadoria o prenome bastava.

Refletindo sobre a fala da autora em relação aos anúncios de escravizados apresentados neste artigo, percebe-se que há uma demarcação dos lugares sociais do sujeito dominador (o EUE e proprietário) e do sujeito dominado (o escravo). Como este último precisava ser identificado quando fugia, o EUE esforçava-se para construir uma descrição que se aproximasse ao máximo da imagem física do escravizado, que geralmente é citado pelo seu nome cristão. Já as “caracterizações qualificatórias” quanto à estatura, feições, habilidades, sinais, entre outros, vêm logo em seguida do nome. De acordo com Charaudeau (2008, p. 115),

A descrição pela qualificação pode ser considerada a ferramenta que permite ao sujeito falante satisfazer seu desejo de *posse do mundo*: é ele que o singulariza, que o especifica, dando-lhe uma substância e uma forma particulares, em função da sua própria visão das coisas, visão essa que depende não só de sua racionalidade, mas também de seus sentidos e sentimentos.

Considerando a perspectiva do autor, percebe-se que o detalhamento da aparência e dos sinais que o referente trazia no corpo ratificam a tese de que o negro escravizado era tido como “objeto”, um patrimônio vivo, sendo diferenciado dos demais pertences do proprietário apenas pelas marcas físicas.

6 Os procedimentos descritivos nos textos opinativos do jornal *A Redenção*

Entre as décadas de 60 e 80 do século XIX, o estado de São Paulo, região onde eram lidos os jornais *Correio Paulistano* e *A Redenção*, ocupava o terceiro lugar na contagem de população escravizada no Brasil. Os escravizados estavam distribuídos na província de São Paulo trabalhando nas lavouras das fazendas paulistas. Por isso, nessa região, surgiram movimentos de resistência escravista repletos de especificidades, como o grupo dos Caifazes, por exemplo. Imerso no contexto da luta abolicionista, esse grupo, liderado por Antônio Bento, lançou a campanha de libertação dos territórios em junho de 1887. O grupo dos Caifazes era uma rede libertadora da linha dos que não tinham temor em usar a força contra a escravidão, conforme explica Alonso (2015, p. 312-313):

Os Caifazes agiam nas sombras, “sem nome, sem residência, sem profissão, disciplinados, resolutos, esquivos, impalpáveis”. Infiltravam-se como mascates ou trabalhadores manuais para ganhar a confiança de escravos e engendrar “trama revolucionária”.

As ações abolicionistas lideradas por Antônio Bento, bem como as propostas de libertação do grupo, eram publicadas no jornal *A Redenção* que, desde o primeiro número, mostrou-se diferente dos outros jornais, como atesta o excerto de um artigo de sua primeira publicação:

Título do nosso jornal já indica a nossa missão na imprensa.

Divergimos completamente tanto, dos liberaes resistentes, como dos escravocratas, não concordamos com as idéas conservadoras e detestamos aqueles que, trazendo o capacete *phrygio* na cabeça, trazem na mão o bacalháu com que quotidianamente surram os seus míseros escravos.

Nós queremos a libertação imediata, sem praso; para conseguil-a aceitamos a própria revolução porque não podemos admitir que continuem debaixo do azorrague e da escravidão tantos brasileiros que, livres, poderiam concorrer vantajosamente para a felicidade de nossa pátria.

(Jornal *A Redenção*, 02 de janeiro de 1887)

Nos enunciados acima, o enunciador, por meio do uso da qualificação, constrói uma visão objetiva do jornal deixando clara a sua postura política em relação à luta abolicionista. De acordo com Charaudeau (2008, p.120), associada a outros procedimentos linguísticos, a visão objetiva produz efeitos de “realidade”, o que parece ser a intenção do jornal.

Ainda com relação à construção da qualificação, percebe-se que há uma “analogia implícita” por meio do emprego de metáforas no enunciado: “aqueles que, trazendo o capacete *phrygio* na cabeça, trazem na mão o bacalháu com que quotidianamente surram os seus míseros escravos”. A fala do EUE faz referência a duas figuras que denotam sentidos opostos: o barrete *phrygio* e o bacalhau. O barrete frígio, no século XVIII, era considerado um símbolo de liberdade. Já o bacalhau, no contexto escravocrata do século XIX, era um chicote composto de tranças de couro com pontas cortantes de metal, usado para torturar os escravizados no tronco. Desse modo, considerando a perspectiva dos significados já citados, presume-se que o EUE tenha se valido dessas figuras para fazer entender que os sujeitos que se passavam por defensores da liberdade eram os mesmos que torturavam os escravizados. Por último, é possível também apontar a relevância dos verbos dominantes “divergimos” e “queremos” reforçando a convicção do posicionamento abolicionista do jornal.

Os abolicionistas de *A Redempção* diziam acreditar que não havia diferenças entre os homens da terra. Assim prossegue o artigo:

De passagem diremos que, para nós, todos os homens são eguaes: tanto faz se marquez, conde Alferes ou soldado.

Desde que commettam abusos encontrarão o nosso jornal sempre prompto a descascal-os, escrevendo os seus nomes, para que o público conheça os tartufos que querem governal-o.

Estamos cançados de aturar tartufos; é preciso purifica-se a sociedade. Contudo, prometemos que a nossa linguagem, se bem que severa e enérgica, será polida e conveniente. Contamos com o povo e nada mais.

(Jornal *A Redempção*, 02 de janeiro de 1887)

Há neste texto uma distinção entre o “nós”, abolicionistas de *A Redempção*, e “eles”, representando o grupo dos liberais resistentes e dos escravocratas. A explicitação disso aparece no enunciado: “diremos que, para nós, todos os homens são eguaes”. Observa-se nesse enunciado a estrutura de operação de qualificação tal como teorizaram Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 152) no *Dicionário de Análise do Discurso*. Segundo eles, “a operação da qualificação é mais frequentemente realizada pela estrutura do grupo nominal (nome + adjetivo) e pelo recurso predicativo ao verbo ser” que no enunciado em análise equivale à sequência “são eguaes”. Do ponto de vista do EUE, os negros escravizados são seres humanos assim como também são o

“marquez, o conde Alferes ou o soldado”. Desse modo, no procedimento descritivo, o EUE classifica todos os escravizados na categoria de “homens” e atribui um sentido particular a esses seres reduzindo-os à subclasse de “iguais”.

De acordo com Charaudeau (2008, p. 117), os procedimentos de configuração da descrição podem ser utilizados de maneira ao mesmo tempo livre e também não arbitrária:

São utilizados de maneira *não arbitrária*, porque toda **descrição** está sempre em relação com outros modos de organização” (**Narrativo, Argumentativo**), e que, sem ser totalmente dependente, ela adquire sentido (ou parte de seu sentido) em função destes outros modos. Mas, ao mesmo tempo, de maneira *livre*, porque o **Descritivo** é um modo de organização que não se fecha, em si, por uma lógica interna, como o são os outros modos. Isso explica, aliás, por que é possível fazer o *resumo* de um relato ou de uma argumentação, e não de uma descrição (grifos do autor).

Essa orientação do autor é importante porque as análises apresentadas neste artigo direcionam para o raciocínio de que nos enunciados dos jornais *Correio Paulistano* e *A Redempção* os procedimentos linguísticos de base para a construção descritiva estão a serviço de uma argumentação racista ou antirracista. Nesse sentido, identificou-se que para argumentar sobre a necessidade da libertação imediata dos escravizados e buscar a *influência* de seus leitores, os redatores dos referidos jornais tomam como empréstimo categorias dos modos de discurso descritivo e narrativo para construir enunciados “em *busca de influência* que tendem a um *ideal de persuasão*”, compartilhando com o TUD um certo *universo de discurso*, nos termos de Charaudeau (2008, p. 206). Segundo o autor, esta busca

é um tanto ambígua, pois se apresenta como integrando um processo racional e lógico, quando “compartilhar com o outro a sua própria convicção” pode ser obtido por meios diferentes do raciocínio; por exemplo, pelos meios da *sedução* tomados de empréstimos a outros modos de discurso (Descritivo e Narrativo).

Com relação aos textos da imprensa, o autor acrescenta, ainda, que embora seja necessário fazer uma distinção por gênero, eles utilizam principalmente o descritivo e o narrativo, vindo o argumentativo somente em contraponto. Presume-se que esse seja o caso da organização dos textos de opinião do jornal *A Redempção*, pois as análises apontaram para uma

heterogeneidade de modos de organização e categorias de língua que juntos constroem os sentidos desejados por seus enunciadores.

Considerações finais

Com base nas análises realizadas dos anúncios de escravizados do *Correio Paulistano* e textos opinativos de *A Redempção*, constatou-se que os componentes da organização descritiva teorizados por Charaudeau (2008) têm uma finalidade argumentativa.

Já com relação aos procedimentos linguísticos, identificou-se que as categorias de língua do “nomear” e do “qualificar” são mais recorrentes nos exemplos analisados. A explicação para essa constatação encontra respaldo nos dizeres de Charaudeau (2008, p. 112), quando menciona que “o argumentar só pode exercer-se a respeito de seres que têm uma certa identidade e qualificação”.

Especificamente com relação à recorrência dos procedimentos linguísticos para o “nomear”, identificou-se a presença das categorias que conferem o uso da “denominação”. Tais categorias foram identificadas por meio dos nomes e sobrenomes que são encontrados nos textos. Em todos os textos, também foram recorrentes as categorias da “qualificação”, sobretudo as que dizem respeito aos procedimentos de “acumulação de detalhes e de precisões”, como ocorre nos anúncios de escravizados. Presume-se que tal procedimento esteja a serviço da produção do que Charaudeau (2008) denomina “efeitos de realidade”. Nos anúncios de escravizados, a “acumulação de detalhes e de precisões” pode ser justificada em função da necessidade do próprio estilo do texto e da situação de comunicação. Nesse sentido, uma observação importante em relação a esses anúncios é que eles seguiam a mesma estrutura textual apresentando uma descrição pormenorizada de todos os elementos que sinalizassem o reconhecimento do negro a ser capturado, vendido ou alugado.

No que diz respeito às semelhanças entre as estratégias discursivas dos exemplos analisados, pode-se destacar que os procedimentos descritivos do “nomear”, “localizar-situar” e “qualificar” apontam para uma distinção bastante clara entre o “nós”, os escravistas do *Correio Paulistano* ou abolicionistas de *A Redempção* e um “eles”, os escravizados. Em ambos os

discursos, o branco, no papel de algoz ou redentor, é colocado em evidência, enquanto ao negro é reservado o estado de inércia e passividade.

Nas publicações analisadas, observou-se que, tanto nos anúncios de escravizados do *Correio Paulistano*, como também nos artigos de opinião de *A Redempção*, as “denominações” e as “qualificações” atribuídas ao negro contêm um caráter representacional e, ao serem inseridas no contexto da escravidão, salientam um sentido conservador aos seus discursos. Isso quer dizer que as “denominações” e “qualificações” teorizadas por Charaudeau (2008) e representadas nos textos dos jornais analisados geram discursos que, apesar de não partirem de argumentos especificamente racistas, não significam ausência de conservadorismo. Pelo contrário, os elementos linguísticos usados pelos enunciadores para qualificar o escravizado em ambos os jornais atestam que a distinção racial, em termos de inferioridade do negro, permanece marcada.

É importante destacar também que, embora o direito à “liberdade” seja ideia fixa em *A Redempção*, nota-se que o jornal não trata da noção de racismo e nem apresenta uma proposta antirracista de tutoria no sentido de elevar os escravizados a uma situação de igualdade com os brancos porque, no contexto do século XIX, a questão racial era compreendida dentro das teorias científicas de que os negros eram biologicamente inferiores.

Referências

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia. Maria. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Escravos em anúncios de jornais brasileiros do século XIX: discurso e ideologia. In: **Para a história do português brasileiro** [S. l: s.n.], 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**. Rio de Janeiro: Contexto, 2008.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução: Cecília Perez de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação**, 3, 2003, Rio de Janeiro: PENESB, 2003. p. 15-34

PINTO, Regina Pahim. **O Movimento Negro e São Paulo: luta e identidade**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**. São Paulo: Círculo do livro S.A, 1992.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SIMÃO NETO, Calil (coord.). **Estatuto da igualdade racial: comentários doutrinários**. Leme: J. H. Mizuno, 2011.

Van DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. São Paulo, Contexto, 2012.